

Poder Judiciário de Nova Jersey Programa de Oficiais de Audiência de Pensão de Menores

Child Support Hearing Officer Program - Portuguese



**Divisão de Prática da Vara de Família
Departamento de Administração dos Tribunais
Poder Judiciário de Nova Jersey
Trenton, Nova Jersey 08625**

O que é o Programa de Oficiais de Audiência de Pensão de Menores?

O Programa de Oficiais de Audiência de Pensão de Menores, administrado pela Divisão de Prática da Vara de Família do Departamento Administrativo dos Tribunais de Nova Jersey, é composto por oficiais de audiências que presidem os processos de pensão alimentícia de menores em todo o estado. A autoridade e os deveres dos oficiais de audiências de pensão de menores estão estipulados na *Regra 5:25-3 dos Regulamentos que Regem os Tribunais do Estado de Nova Jersey*. O objetivo do programa, chamado “processo acelerado”, é proporcionar com rapidez acesso e reparação judicial por parte do tribunal às famílias que solicitam apoio financeiro.

Quem é o oficial de audiência de pensão de menores?

Os oficiais de audiência de pensão de menores são nomeados pelo juiz-presidente da Suprema Corte de Nova Jersey e estão autorizados a presidir os processos de pensão alimentícia de menores. Estes profissionais são advogados e/ou são qualificados na área de pensão de menores.

O que os oficiais de audiência de pensão de menores fazem?

Os oficiais de audiência de pensão de menores ouvem depoimentos, examinam documentos, consideram as provas e fazem recomendações a um juiz do Tribunal Superior para estipular, modificar e fazer cumprir as obrigações de pensão alimentícia. Um juiz analisa a recomendação e a assina, convertendo-a em uma ordem judicial.

Estabelecimento de paternidade

Em muitos processos de pensão de menores os oficiais de audiência determinam a paternidade/pai legal da criança. A pessoa nomeada como pai na demanda tem o direito de solicitar um exame genético para assistir na determinação da paternidade, ou ele pode reconhecer a paternidade voluntariamente.

Estipulação de pensão

Uma vez determinada a paternidade, o oficial de audiência recomenda o valor da pensão do menor com base nas Diretrizes de Pensão de Menores de Nova Jersey. Para obter mais informações sobre o cálculo da pensão com base nas diretrizes de pensão de menores, consulte a *Regra 5:6A* e o Apêndice IX-A em njcourts.gov. Tanto o pai como a mãe têm a obrigação financeira de sustentar os filhos. Portanto, os oficiais de audiência de pensão de menores avaliam a renda e/ou a capacidade de gerar renda de ambos. É importante que ambos os pais tragam comprovante de renda quando forem ao tribunal para que a pensão do menor possa ser determinada com precisão. Os pais podem ser ordenados a pagar pensão alimentícia, despesas de creche (day care) relacionadas ao trabalho e despesas médicas.

Alteração/modificação de uma ordem judicial de pensão

Tanto o pai quanto a mãe podem entrar com uma petição para alterar uma ordem judicial de pensão de menores. A petição deve ser ajuizada no condado onde a ordem judicial de pensão foi emitida pela primeira vez, também chamado o condado da jurisdição competente. Uma das razões para entrar com uma petição de alteração da ordem judicial seria uma mudança nas suas circunstâncias. Por exemplo, o pai ou a mãe pode requerer uma alteração no valor da pensão porque não tem mais a capacidade de ganhar a mesma quantia, porque está na prisão ou os gastos com o menor aumentaram. O pai ou a mãe que entrar com a petição terá que provar a mudança de circunstâncias. Se for estabelecida a mudança de circunstâncias, o oficial de audiência recalculará o valor da pensão do menor com base nas diretrizes de pensão de menores.

Todas as ordens e sentenças judiciais de pensão alimentícia de menores estão sujeitas a aumentos por custo de vida. As ordens judiciais de pensão monitoradas pela divisão de Suspensão Condicional da Pena (Probation) são avaliadas a cada três anos para determinar se será aplicado um aumento por custo de vida em conformidade com a lei e os regulamentos do tribunal.

Participação por telefone/audiências à distância

Em determinadas circunstâncias as partes podem receber autorização para participar da audiência por telefone. Os casos considerados para uma audiência telefônica devem atender a determinados critérios. As pessoas que desejam solicitar autorização para participar da audiência à distância devem primeiro entrar em contato com a divisão de família ou de suspensão condicional da pena (probation) no condado onde a audiência está marcada. A divisão de família ou de suspensão condicional da pena enviará um formulário que deve ser preenchido e devolvido pelo menos sete dias antes da data da audiência. As audiências à distância são concedidas a critério do tribunal pelo juiz ou oficial de audiência que preside o processo.

Execução da ordem judicial de pensão

Se o pai ou a mãe não está pagando a pensão alimentícia do menor, os oficiais de audiência de pensão de menores podem executar a ordem judicial recomendando certas medidas de execução, tais como descontar a pensão do menor diretamente do salário, também chamado de retenção salarial; impor o pagamento total ou parcial da pensão devida (em atraso); ordenar um pagamento regular para saldar os pagamentos em atraso; suspender a carteira de habilitação ou prisão. Os oficiais de audiência de pensão de menores podem recomendar um mandado de prisão para os indivíduos que não comparecem à audiência quando são intimados pelo tribunal por descumprimento de uma ordem judicial.

Seus direitos quando sua causa é ouvida por um oficial de audiências de pensão de menores

Direito de apresentar sua causa

As partes da causa têm o direito de prestar depoimento, apresentar documentos e contra-interrogar testemunhas.

Direito de recorrer da recomendação do oficial de audiência de pensão de menores

As partes que concordam com a recomendação do oficial de audiência deverão assinar a recomendação. Elas receberão uma cópia da recomendação e da planilha com as diretrizes da pensão do(s) menor(es) na conclusão da audiência. No entanto, se houver discordância quanto a recomendação do oficial de audiência, as partes têm direito a uma nova audiência imediata perante um juiz do Tribunal Superior. Isso se chama recurso ou audiência nova. Qualquer uma das partes pode solicitar um recurso e as partes comparecerão perante um juiz que ouvirá os depoimentos.

Direito de ser representado por um advogado

Qualquer uma das partes pode representar a si mesma, o que é chamado de auto-representação ou comparecimento *pro se*, ou pode contratar um advogado. Não são proporcionados advogados aos pais que têm uma ordem judicial para pagar pensão alimentícia de menor. Para obter informações sobre a contratação de um advogado, as partes podem consultar os Serviços Jurídicos de Nova Jersey (*Legal*

Services) em lsnj.org ou o Serviço de Referência de Advogados da Ordem de Advogados do Estado de Nova Jersey (*Lawyer Referral Service*) em njsba.com.

Direito a um intérprete

Os indivíduos com proficiência limitada em inglês podem solicitar um intérprete. Os intérpretes são proporcionados gratuitamente, disponíveis na maioria dos idiomas, incluindo linguagem de sinais. As solicitações de intérprete devem ser feitas o mais rápido possível e antes da data da audiência, no momento em que protocolar a solicitação ou quando receber a intimação.

Não comparecimento

Uma demanda, petição ou solicitação ajuizada no tribunal pode ser extinguida se a pessoa requerente não apresentar a devida notificação e se não comparecer à audiência.

Se a parte receber a intimação para comparecer ao tribunal e não comparecer, o oficial de audiência pode recomendar uma ordem judicial à revelia, que é uma ordem emitida na ausência desta pessoa, e/ou um mandado de prisão do indivíduo que não compareceu à audiência. Os indivíduos contra os quais foram emitidos mandados de prisão em casos de pensão de menores estão sujeitos a ter a carteira de habilitação de Nova Jersey negada, suspensa ou revogada.

Limite de autoridade

Os oficiais de audiência de pensão de menores não são juízes. Eles têm autoridade para presidir certos processos sob certas condições e fazer recomendações para a estipulação, execução ou modificação de uma ordem judicial de pensão alimentícia de menores. As dúvidas ou comentários sobre o Programa dos Oficiais de Audiência de Pensão de Menores devem ser dirigidos a:

Administrative Office of the Courts
New Jersey Judiciary
PO Box 983
Trenton, NJ 08625
609-815-2900, ramal 55360

Para mais informações sobre Pensão de Menores:

Centro de Atendimento ao Cliente de Pensão de Menores
1-877-NJKIDS1
1-877-655-4371

Poder Judiciário de Nova Jersey
njcourts.gov

Informações sobre Pensão de Menores em Nova Jersey
njchildsupport.org

Departamento Federal de Execução de Pensão de Menores
acf.hhs.gov/programs/css

Este folheto é publicado pelo

Poder Judiciário de Nova Jersey
Divisão de Prática da Vara de Família

Family Practice Division

Stuart Rabner
Juiz Presidente do Tribunal Estadual
Chief Justice

Glenn A. Grant, J.A.D.
Diretor Administrativo Interino dos Tribunais
Acting Administrative Director of the Courts

Jennifer M. Perez
Diretora de Serviços dos Tribunais de Primeira Instância
Director, Trial Court Services

Joanne M. Dietrich
Diretora Assistente de Prática da Vara de Família
Assistant Director, Family Practice

Nancy L. Manuele
Presidente do Programa de Oficiais de Audiência de Pensão de Menores
Chief, Child Support Hearing Officer Program